



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

PROCESSO SELETIVO Nº 09/2022
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ-TJCE

CURSO: PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROVA OBJETIVA

1 - Sobre o direito de associação, previsto de forma expressa na CRFB/1988, podemos afirmar;

- a) As atividades associativas gozam de imunidade tributária, desde que não tenham fins lucrativos.
- b) Todos podem associar-se pacificamente em locais abertos ao público, fazendo-se necessário prévio aviso à autoridade competente.
- c) É justificável a interferência estatal no funcionamento das associações, desde que, para garantia da ordem pública, social e econômica do país.
- d) Tanto a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização.
- e) É vedada a suspensão compulsória das atividades das associações, ou a suspensão de suas atividades, salvo por decisão judicial transitada em julgado.

RESPOSTA CORRETA: Tanto a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização.

2 - Acerca da organização da Administração Pública, assinale a resposta correta:

- a) Quando o Estado cria, por meio de lei, pessoa jurídica que integra a Administração indireta chamamos de descentralização por outorga.
- b) Desconcentração é da distribuição interna de competências, dentro da mesma pessoa jurídica, sendo utilizada pela Administração Indireta para criação de novas entidades.
- c) Quando um único órgão desempenha todas as funções administrativas do ente político, dividindo-se em outros órgãos menores ocorre a concentração.
- d) Pode-se dizer que há relação de hierarquia entre a Administração direta e a indireta.

- e) Na desconcentração administrativa, surgem novas pessoas, dotadas de personalidade jurídica própria, ou seja, com capacidade para responder por seus próprios atos e exercer suas atividades com autonomia.

RESPOSTA CORRETA: Quando o Estado cria, por meio de lei, pessoa jurídica que integra a Administração indireta chamamos de descentralização por outorga.

3 – Rita mora com sua filha Isabel, há mais de 12 anos, no mesmo imóvel, localizado no bairro Jangurussu, Fortaleza. Há alguns meses, Rita foi procurada por Lucas, que alega ser proprietário do lote em que foi construído a casa de Rita, fato que vem gerando muitas discussões entre ambos, a ponto de Lucas ameaçar matar Rita, caso ela não desocupasse o bem. Por medo, Rita assina um documento, trazido por Lucas, onde transfere os eventuais direitos sobre o imóvel e após isso o desocupa. Sobre a situação hipotética pode-se afirmar:

- a) O negócio jurídico é nulo por não revestir a forma prescrita em lei.
- b) O negócio jurídico é anulável pelo vício lesão.
- c) O negócio jurídico é nulo pelo vício lesão.
- d) O negócio jurídico é anulável pelo vício da coação
- e) O negócio jurídico é nulo pelo vício de estado de perigo.

RESPOSTA CORRETA: O negócio jurídico é anulável pelo vício da coação

4 - Analise as assertivas acerca da condição, do termo e do encargo dos negócios jurídicos:

- I. O encargo não suspende a aquisição e o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.
- II. Não subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito a que ele visa.
- III. O termo inicial suspende o exercício, assim como a aquisição do direito, havendo disposição legal neste sentido.
- IV. Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

Estão corretas as alternativas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) I e IV.
- e) III e IV.

RESPOSTA CORRETA: I e IV

5 - Acerca da aplicação da lei processual penal no espaço, podemos afirmar:

- a) Vigora a regra do local do crime, adotando-se a norma processual do local onde a infração se consumou.
- b) Quando o crime ocorrer no exterior será aplicado o princípio da extraterritorialidade no processo penal,
- c) É orientada pelas mesmas regras da aplicação da lei penal no espaço;
- d) É aplicada a lei do Estado rogante pela autoridade judiciária brasileira ao cumprir carta rogatória;
- e) Orienta-se pelo princípio da territorialidade, que determina a exclusão da lei processual penal estrangeira em território brasileiro;

RESPOSTA CORRETA: Orienta-se pelo princípio da territorialidade, que determina a exclusão da lei processual penal estrangeira em território brasileiro

6- Extinção da punibilidade é a perda da pretensão punitiva do Estado, não havendo mais possibilidade de impor pena ou sanção ao réu. Segundo o Código Penal, é causa de extinção da punibilidade, exceto:

- a) A renúncia do direito de queixa ou o perdão aceito, nos crimes de ação privada.
- b) O perdão judicial, nos casos previstos em lei.
- c) A reabilitação do agente.
- d) A retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.
- e) A retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso.

RESPOSTA CORRETA: A reabilitação do agente

7 – Pode-se conceituar improbidade administrativa como sendo o ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da Administração Pública, cometido por agente público, durante o exercício de função pública. Supondo que, determinado servidor público praticou ato improprio ocasionando lesão ao erário, estará sujeito à aplicação de pena de suspensão dos direitos políticos por até:

- a) 4 (quatro) anos.
- b) 6 (seis) anos.
- c) 8 (oito) anos.
- d) 12 (doze) anos.
- e) 14 (quatorze) anos.

RESPOSTA CORRETA: 12 (doze) anos.

8 - O prefeito da cidade X está sendo processado pela prática de ato de improbidade administrativa, por haver realizado contratação pública ignorando rito legal. Ocorre que, a defesa alega divergência interpretativa de lei, baseada na jurisprudência, sobre a possibilidade de realização da contratação sem prévia licitação, no entanto, o órgão

acusador entendeu que o procedimento era necessário e que, dessa forma, tal conduta ofendeu o princípio da moralidade administrativa. Considerando a situação hipotética a Lei nº 8.429/92, pode-se afirmar que:

- a) A demonstração da voluntariedade do agente é suficiente para a comprovação da existência do dolo, não sendo necessária a demonstração da intenção de praticar o fim ilícito.
- b) Caso o agente tenha agido com dolo ou culpa a conduta admite responsabilização por ato de improbidade.
- c) O mero exercício da função pública autoriza a responsabilização por ato de improbidade administrativa, caso fique evidenciada a lesão ao patrimônio público,
- d) A divergência interpretativa afasta a responsabilização do agente, dessa forma, a conduta do agente não configura improbidade.
- e) Se vinculado ao Poder Judiciário o agente público não estará sujeito à Lei de Improbidade Administrativa.

RESPOSTA CORRETA: A divergência interpretativa afasta a responsabilização do agente, dessa forma, a conduta do agente não configura improbidade.